

05 de Setembro de 2017

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira



REAÇÃO AO FIM DA RENCA FOI 'HISTERIA', 'INFANTILIDADE' E 'DESINFORMAÇÃO', DIZEM GEÓLOGOS

Professores da UFRJ e UnB dizem que mineração tem impacto "pontual" e vai inibir outras atividades mais agressivas na região, como pecuária; ambientalistas discordam

A extinção da Renca - reserva mineral no Pará e no Amapá do tamanho da Dinamarca - é "o maior ataque à Amazônia em 50 anos". O alarme ecoou no final de agosto em todo o mundo: da tribuna do Senado, pela voz do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), ao jornal inglês The Guardian.

A forte reação deu resultado e o presidente Michel Temer determinou na quinta-feira (31) "a paralisação de todos os procedimentos relativos a eventuais direitos minerários na área (...) em respeito às legítimas manifestações da sociedade e a necessidade de esclarecer e discutir as condições que levaram à decisão de extinção da Renca".

Geólogos ouvidos pela BBC Brasil, no entanto, acusam os protagonistas dessa reação de "histeria", "infantilidade" e "desinformação".

Eles argumentam que a maior parte da Renca (Reserva Nacional do Cobre e Associados) continuará bloqueada para mineração porque hoje seu território engloba nove áreas protegidas, entre unidades de preservação ambiental e terras indígenas, que não sofreram alteração no decreto de extinção da reserva mineral. Essa área bloqueada representa mais de 70% da Renca, segundo a ONG WWF.

A Renca foi criada em 1984, no regime militar, para evitar a exploração da área por capital estrangeiro - embora as formações geológicas sejam promissoras, não se conhece seu potencial real e ainda seriam necessários anos de pesquisa para que mineradoras iniciem operação.

Enquanto as pesquisas estão paralisadas, os geólogos sustentam que a reserva está hoje ocupada por garimpeiros ilegais que não seguem qualquer legislação ambiental, enquanto a mineração feita por empresas estaria sujeita a uma série de regras que mitigam seu impacto. Segundo estimativa do instituto Imazon, a partir dos voos que partem de Laranjal do Jari (AP), cerca de 2 mil garimpeiros atuam na Renca hoje.

"A Renca não é o paraíso de Adão e Eva intocável. É uma região onde está havendo garimpagem violenta sem respeito à lei, aos padrões de exploração mineral avançados e sem recolher impostos", afirma o geólogo Onildo Marini, professor aposentado da UnB e hoje diretor-executivo da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira (Adimb).

Mineração x outras atividades

Os geólogos ouvidos pela BBC Brasil dizem também que a presença de mineradoras na Amazônia coíbe o avanço de outras atividades de maior impacto, como agropecuária e extração de madeira. Assim como o governo tem feito, eles citam o exemplo da exploração de minério de ferro em Carajás, pela Vale.

Em parceria com o ICMBio, órgão de conservação ambiental do governo, a mineradora banca a preservação de cinco unidades de conservação no entorno da mina. Elas somam cerca de 7,6 mil quilômetros quadrados (cinco vezes a cidade de São Paulo), dos quais a operação da Vale ocupa menos de 2%.

Imagens de satélite mostram que nos últimos 40 anos a área ao redor dessas cinco unidades foi intensamente devastada por madeireiros e pela agropecuária. Ambientalistas, porém, consideram que a atividade mineradora acabou atraindo população para a região, indiretamente provocando o desenvolvimento dessas atividades mais predatórias.

"No caso da Renca, virou uma histeria por uma grande desinformação. Qualquer área do Brasil em que a mineração acontece tem um impacto, não se pode negar isso. Mas o impacto é pontual, muito menor que a agricultura. Sou suspeito, pois sou geólogo, mas falo com conhecimento de causa", afirma Claudio Gerheim Porto, professor do departamento de Geologia da UFRJ.

Insuspeito, o jornalista Lúcio Flávio Pinto, referência na cobertura da Amazônia e na denúncia de ilegalidades de grandes empresas na região, concorda com a maioria das críticas feitas pelos geólogos e defende a extinção da Renca.

Ele é crítico de Carajás pelo fato de a maior parte da produção ser exportada como matéria bruta, em vez de ser processada em aço no país, o que geraria mais riqueza. Considera, porém, que a operação da Vale de fato gerou preservação.

"Eu combato Carajás porque é um projeto colonial, mas, se não fosse Carajás, não teria mais floresta nesta área. As pessoas (que estão criticando o fim da Renca) ou estão de boa intenção enganadas, ou com excesso de boa intenção, ou têm má-fé", afirmou à BBC Brasil.

O jornalista defende que a área seja aberta para mineração e que as empresas paguem taxas para bancar a conservação das reservas florestais e indígenas.

"Há risco de impacto ambiental (com a mineração) na Renca? Sim, toda vez que você adensa a população (na área devido a uma nova atividade econômica), aumenta o risco de impacto, mas é muito mais fácil você prevenir e controlar com a

mineradora do que com garimpeiro, com soja, com madeireiro, com assentamento rural", disse.

Apesar disso, Pinto reconhece que a forte reação da sociedade acabou tendo efeitos positivos.

Após as críticas, Temer revogou o primeiro decreto e publicou um novo prevendo a criação do Comitê de Acompanhamento das Áreas Ambientais da Extinta Renca, que será consultado sobre a concessão de outorgas para a exploração mineral na área. O órgão terá representantes de ministérios, Funai, Agência Nacional de Mineração e dos governos do Amapá e do Pará.

Ele comemorou a iniciativa, "inédita, uma grande vitória", mas apontou a necessidade de que o comitê tenha também a participação do Ministério Público e da sociedade civil, para que possa atuar com isenção.

'Gota d'água'

Adriana Ramos, coordenadora de Política e Direito do Instituto Socioambiental (ISA), rebate as críticas aos que se opuseram ao fim da Renca - e aponta riscos ambientais caso isso se confirme.

Ela nota que a extinção da reserva mineral vem acompanhada de outras propostas do governo, como flexibilização do licenciamento ambiental, regulamentação da mineração em terra indígena e redução de unidades de preservação como a Floresta Nacional do Jamanxim, no Pará.

"A revogação da Renca foi uma gota d'água. Ela pegou uma sociedade insegura, preocupada e vendo uma movimentação absolutamente errática do governo em relação à conservação da Amazônia como um todo", afirma.

"A preocupação é com o conjunto da obra. Se o Congresso aprovar as mudanças do licenciamento ambiental nos termos que o governo negociou com diferentes setores, vai retirar uma série de salvaguardas importantíssimas que teriam que ser cumpridas pela mineração", reforça.

Ramos também considera que não há garantia de que a presença das mineradoras vai coibir o garimpo ilegal e teme que os garimpeiros acabem migrando para outras áreas de preservação. Ele cita também o desastre ambiental de Mariana, devido ao rompimento da barragem de rejeitos de uma mineradora da Vale, para argumentar que a fiscalização sobre as empresas é falha.

A coordenadora do ISA defende o desenvolvimento de atividades que não impliquem em qualquer desmatamento, como manejo florestal e extrativismo vegetal (óleos, seringa, castanha, etc.).

"O maior patrimônio da Amazônia é ser a maior área de floresta tropical contínua do planeta. Qualquer opção que signifique retirada da floresta não deveria ser a nossa primeira opção", defende.

'Infantilidade'

Os geólogos ironizam a proposta: "A Amazônia intocável é uma infantilidade, não melhora a vida do povo amazônico, nem traz recursos para o país como um todo. Se olhar a nossa balança comercial, o que está salvando o Brasil é a agricultura e a mineração", afirma Marini.

"Essa é a perspectiva que queremos para a população amazônica? Viver de salário mínimo, catando castanha, retirando borracha? Um país com 13 milhões de

desempregados não pode se dar ao luxo de bloquear uma atividade como a mineração, que com um dano mínimo gera alto valor", crítica também Elmer Prata Salomão, dono da consultoria Geos e presidente do conselho consultivo da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral.

Com um cálculo que publicou no livro Recursos Minerais no Brasil: problemas e desafios junto com o geólogo Tadeu Veiga, ele busca fundamentar seu argumento.

A partir dos números do Departamento Nacional de Produção Mineral - que apontam que em 2013 foram extraídas 175 milhões de toneladas de minérios diversos na Amazônia, no valor de US\$ 14,7 bilhões - os dois calculam que a atividade naquele ano gerou US\$ 26,6 milhões de dólares por hectare lavrado.

Para chegar nesse cálculo, eles estimaram que as 175 milhões de toneladas de minérios extraídas implicaram na remoção de 566 milhões toneladas de solos e rochas. Isso, segundo eles, caberia em um buraco com superfície equivalente a uma "pequena fazenda" de 554 hectares (um terço da cidade de São Paulo) e profundidade de 50 metros (um prédio de pouco mais de 15 andares).

"Apenas para comparação, a produtividade da soja na região Norte é de 3 toneladas por hectare. A cotação em 2013 oscilava em torno de US\$ 420 por tonelada. A receita do agronegócio alcançaria então US\$ 1.260 por hectare, muito menor do que a receita média proporcionada pelas jazidas em lavra", comparam no artigo.

A coordenadora do ISA responde à ironia: "As populações que são da Amazônia vivem de coletar castanha. Tem comunidade que vende castanha para o pão da Wickbold, tem comunidade que vende óleos para os produtos da Natura. Isso é uma economia de base florestal, sustentável e que atende a inclusão social das comunidades locais, que não são geólogos para trabalhar na mineração".

Lúcio Pinto ressalta que as cidades do Pará impactadas pela mineração são as que têm maior renda per capita do Estado e também as prefeituras com maior receita - mas, por causa da corrupção e da má administração, persistem problemas graves em saúde, moradia e saneamento, observa.

Fonte: BBC Brasil

Autora: Mariana Schreiber

Data: 04/09/2017



BRAZIL JUDGE BLOCKS DECREE ALLOWING MINING IN AMAZON

A Brazilian court blocked Wednesday a controversial decree by President Michel Temer that would have opened up a vast national reserve in the Amazon, larger than the size of Switzerland, to mining.

The order, signed by federal judge Rolando Spanholo, "suspends possible administrative acts based on the decree," signed by Temer, local *O Globo* reports (in Portuguese).

It also determines that abolishing the protected status of the National Reserve of Copper and Associates (Renca), can only be done by the Congress.

The area, covering 46,000 sq. km (17,800 sq. miles), is thought to be rich in gold, iron ore, copper and other minerals. The exploitation of those riches could help

Brazil speed up its recovery from its worst recession on record, the government said when announcing the decree.

Temer also said the ruling would help authorities crack down on illegal mining that was taking place in the reserve, while opening the area up to legal operations and projects.

The Brazilian branch of the World Wide Fund for Nature (WWF) recently warned that mining in the area would lead to "demographic explosion, deforestation, the destruction of water resources, the loss of biodiversity and the creation of land conflict".

The report said the main area of interest for copper and gold exploration is in one of the protected areas, the Biological Reserve of Maicuru. There is also said to be gold in the Para State forest, which lies within the area.

The government ended up yielding to pressure from environmentalists, celebrities and the even Brazils' Catholic Church. Earlier this week, it reissued the decree with more details on overlapping protections that will remain in place after the abolition of Renca.

Fonte: Mining

Autora: Cecilia Jamasmie

Data: 30/08/2017



GOVERNO DEVE ENGAVETAR MINERAÇÃO EM FRONTEIRA

O governo Michel Temer (PMDB) deve engavetar, ao menos por ora, os planos de permitir a mineração em zona de fronteira. A ideia vem sendo discutida há meses no Ministério das Minas e Energia (MME). Mas a enxurrada de críticas que o governo recebeu por ter liberado para as mineradoras a área da Reserva Nacional do Cobre e seus Associados (Renca), na Amazônia, colocou o tema das fronteiras em *stand-by*.

Pai do ministro Fernando Coelho Filho, o senador Fernando Bezerra de Souza Coelho (PSB) é relator do projeto de lei 398 que trata exatamente de flexibilizar regras para permitir pesquisa e lavra de recursos minerais em terras na faixa de fronteira. O texto tramita desde 2014 no Senado. O senador foi procurado pelo **Valor**, mas não houve retorno.

Duas pessoas ligadas ao ministério disseram ontem que "não há clima" para discutir o tema, depois da repercussão negativa na Renca.

As duas mudanças vinham sendo tratadas no ministério como iniciativas para elevar a produção mineral brasileira, atrair novos investimentos e revigorar o setor.

Em fevereiro, em entrevista ao **Valor**, Eduardo Ledsham, presidente do Serviço Geológico do Brasil, disse que o órgão - vinculado ao MME - tinha sido encarregado de iniciar pesquisas sobre ocorrências minerais na faixa fronteira para dar informações a mineradoras quando as restrições de investimentos fossem revistas.

Ao falar do potencial em algumas áreas da fronteira brasileira, Ledsham - que fez carreira na mineradora Vale - citou como exemplo a região chamada de Cabeça do Cachorro, no Estado do Amazonas, fronteira com a Venezuela. "É um ambiente

polimetálico, com nióbio, cobre, tântalo e ouro. Mas hoje tem a restrição da mineração em zona de fronteira", disse.

Com uma agenda de reformas para o setor da mineração, uma equipe do MME apresentou em março em Toronto, Canadá, na Prospectors and Developers Association (PDAC), os planos em relação a fronteiras e à Renca. Após o evento, ao falar especificamente da Renca, Vicente Lôbo, secretário de Geologia e Mineração do ministério disse que a reação de empresas e investidores tinha sido "extremamente positivas".

O governo acabou concentrando com as mineradoras a discussão sobre sua pauta liberalizante, não fez um debate amplo e foi surpreendido pelas críticas. Por isso, a avaliação agora é que não vale a pena criar mais desgaste com a questão da fronteira.

Fonte: Valor

Autor: Marcos de Moura e Souza

Data: 30/08/2017



DEPUTADOS AUMENTAM PRESSÃO POR MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS

Um grupo de deputados estaduais da região da Amazônia formam um lobby para que o governo autorize a mineração em terras indígenas. Na semana passada, membros do Parlamento Amazônico, entidade que reúne deputados dos nove Estados da Amazônia Legal, se reuniram com a Funai

Segundo a BBC Brasil, que acompanhou a reunião na Fundação Nacional do Índio (Funai), o articulador do movimento é o deputado estadual Sinésio Campos (PT-AM), que tem apoio de um prefeito indígena do Estado.

O encontro, que teve a presença do presidente da Funai, Franklimberg Ribeiro de Freitas, não teve a presença de nenhum indígena e o tema central foi a mineração nas reservas.

A reunião ocorreu um dia após o presidente Michel Temer (PMDB) extinguir por decreto a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), na divisa entre o Pará e o Amapá. Após reações negativas, Temer publicou na segunda-feira (28) um novo decreto. O documento manteve a extinção da Renca, mas deixou mais clara a proibição da mineração nas terras indígenas e unidades de conservação que se sobrepõem à reserva, exceto se a atividade estiver prevista no plano de manejo da unidade.

De acordo com Sinésio Campos, o novo decreto não altera os planos do grupo e que seguirá tentando convencer o Congresso a regulamentar o tema.

O deputado afirma que Temer cometeu uma "trapalhada" ao extinguir a Renca sem explicar o gesto e ao apresentar um novo decreto após as reações negativas. Segundo ele, as críticas teriam sido menores se o governo tivesse dialogado antes de anunciar a decisão.

Também presente à reunião na Funai, o deputado estadual Naldo da Loteria (PSB-RO), disse que a extinção da Renca animou o movimento pró-mineração, embora o encontro tenha sido agendado antes do decreto original. Para ele, a decisão sinaliza "que o governo está preocupado em destravar a burocracia que tanto atrapalha o desenvolvimento da Amazônia".

Segundo Naldo, outras ações do governo Temer, como a redução da Floresta Nacional do Jamanxim (PA) e a edição de uma Medida Provisória que facilita a regularização de terras, estimularam o agendamento do encontro com o presidente da Funai.

"Sentimos que o momento é favorável e viemos reforçar nossa posição. Já que o governo não tem popularidade, que entre na história por modernizar o país", diz.

Na reunião, o deputado de Roraima disse que o Estado, onde áreas indígenas são 46,2% do território, foi "inviabilizada economicamente" por demarcações e que a regulamentação da mineração reduziria os conflitos causados por garimpos ilegais. "Hoje só não existe garimpo em terra indígena que não tem ouro", afirmou.

Segundo a Constituição de 1988, a mineração em terras indígenas só poderá ocorrer se for regulamentada por lei específica, o que jamais ocorreu. Mesmo assim, vários desses territórios convivem há décadas com o garimpo ilegal, atividade associada a conflitos, à poluição dos rios e à disseminação de doenças.

Hoje só é permitido em terras indígenas o garimpo artesanal, sem uso de máquinas nem produtos poluentes.

"Enquanto não puderem explorar as riquezas de suas terras, os índios serão mendigos ricos", afirmou na reunião Sinésio Campos.

Na presidência da Funai desde maio, o general Franklimberg Ribeiro de Freitas disse aos deputados que a regulamentação da atividade era do interesse de vários povos indígenas.

Ele afirmou que "99,9%" dos indígenas do Alto Rio Negro (AM) e dos povos Suruí e Cinta Larga das Terras Indígenas Sete de Setembro e Aripuanã (ambas na divisa entre Rondônia e Mato Grosso) "querem a regularização pelo Congresso Nacional da exploração dos recursos minerais".

Mas ele disse que o atendimento do pleito não dependia da Funai, e sim do Congresso, e que a mineração não seria uma alternativa para todas as comunidades indígenas do país. "É preciso considerar a vocação econômica de cada território", disse Franklimberg, destacando grupos que têm explorado atividades como o turismo, a criação de peixes e a coleta de castanha.

Única na reunião a destoar do coro pró-mineração, a deputada Cristina Almeida (PSB-AP), se disse preocupada com o impacto da extinção da Renca nas terras indígenas Waiãpi e Rio Paru d'Este. Segundo ela, o decreto de Temer pode provocar uma "explosão no desmatamento e acarretar aumento de conflitos".

Franklimberg respondeu que não haveria exploração de minérios nas duas áreas indígenas, justamente porque a atividade ainda não está regulamentada.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 30/08/2017



MUNICÍPIOS QUEREM SER RESSARCIDOS POR QUEDA DE RECEITA APÓS TRAGÉDIA DE MARIANA

Em reunião realizada hoje (1º) em Mariana (MG), prefeitos de 30 cidades que sofreram impactos com o rompimento da barragem da Samarco se manifestaram contra a homologação do acordo assinado entre a mineradora, suas acionistas Vale e BHP Billiton, o governo federal e os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo. Uma carta com a posição dos prefeitos será encaminhada ao Ministério Público Federal (MPF). Eles avaliam que os anseios dos municípios não foram atendidos e querem ser ressarcidos pela queda de receita decorrente da tragédia.

O rompimento da barragem ocorreu no dia 5 de novembro de 2015, em Mariana. O episódio é considerado a maior tragédia ambiental do Brasil. Cerca de 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração foram liberados no ambiente, devastando vegetação nativa e poluindo o Rio Doce até a sua foz. Comunidades também foram destruídas e 19 pessoas morreram.

Para reparar os danos da tragédia, as mineradoras, o governo federal e os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo assinaram um acordo que prevê um investimento de cerca de R\$ 20 bilhões. Embora os pontos pactuados venham sendo cumpridos pelas partes, o acordo ainda não foi homologado pela Justiça. O MPF contesta os termos negociados e moveu uma ação civil pública onde estima o prejuízo em R\$ 155 bilhões.

Os prefeitos, no entanto, entendem que foram excluídos do acordo. “A forte queda da receita em alguns municípios está diretamente ligada ao episódio. No nosso entendimento, quem deu causa à tragédia deve se responsabilizar por esse prejuízo. Não podemos permitir que serviços essenciais sejam prejudicados. Mariana hoje, por exemplo, não tem conseguido oferecer escola em tempo integral. São mais de 2 mil alunos que não estão sendo atendidos pelo município por falta de recursos”, disse o prefeito de Mariana, Duarte Júnior.

De acordo com a prefeitura da cidade mineira, 89% de sua arrecadação está vinculada à mineração e, particularmente, à Samarco. A empresa não opera desde o rompimento da barragem. Além da queda na receita, Duarte Júnior disse que o município teve despesas em decorrência da tragédia e estes gastos também deveriam ser ressarcidos pela mineradora.

Outra reivindicação aprovada pelos prefeitos está ligada a uma mudança na legislação ambiental. Eles querem garantir que as cidades recebam parte dos recursos das multas aplicadas às empresas que geram danos ao meio ambiente. Para tratar do assunto, serão solicitadas audiências com os presidentes da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Adalclever Lopes, e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia.

“Hoje, quando acontece uma tragédia e as empresas são multadas pelos órgãos ambientais, os recursos ficam integralmente com o governo federal e o governo estadual. Nós não recebemos nada. É necessário que parte desses valores fique com os municípios que sofreram os impactos. Queremos que 50% das multas aplicadas sejam investidas diretamente nos locais afetados”, disse Duarte Júnior.

Na carta que será encaminhada ao MPF, as prefeituras das cidades alertam para o risco de colapso social e que têm um índice de desemprego três vezes superior à média nacional. “Os municípios viram a economia se deteriorar, perderam a capacidade de investimento e estão em vias de perder a capacidade de honrar compromissos na manutenção de serviços públicos essenciais nas áreas de educação, saúde e limpeza urbana”. O texto ainda registra ser inadmissível não constar no acordo a garantia mínima necessária para manutenção dos serviços essenciais.

Fórum

Dos 30 prefeitos que marcaram presença, 28 são de cidade mineiras e dois de municípios do Espírito Santo. Eles decidiram criar o Fórum Permanente dos Prefeitos do Rio Doce com reuniões periódicas.

No encontro, também houve um debate sobre os trabalhos do Comitê Interfederativo (CIF), composto por diversos órgãos públicos, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Agência Nacional de Águas (ANA) e as secretarias do meio ambiente de Minas Gerais e do Espírito Santo, entre outros. Os municípios são representados pelas prefeituras de Mariana (MG), Rio Doce (MG) e Linhares (ES).

A criação do CIF foi definida no acordo celebrado entre as mineradoras, o governo federal e os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo. Seu objetivo é fiscalizar os trabalhos de reparação dos danos causados pela tragédia. Os prefeitos querem que seja criada uma estrutura exclusiva do CIF para acompanhamento das ações de âmbito municipal.

Volta da Samarco

Ao mesmo tempo em que defendem que a Samarco seja obrigada a ressarcir os prejuízos dos municípios, os prefeitos também se manifestaram pelo retorno das operações da empresa. Eles avaliam que a retomada é fundamental para a economia das cidades. Para tanto, foi redigido um ofício que será encaminhado ao prefeito de Santa Bárbara (MG), Lérís Braga, cujo objetivo é sensibilizá-lo para o assunto.

Em julho, a prefeitura de Santa Bárbara negou à Samarco a emissão da carta de conformidade. O documento deveria atestar que as estruturas da empresa na cidade estão de acordo com as leis municipais de uso e ocupação do solo. No entanto, na avaliação da prefeitura, elas não respeitam a legislação em vigor.

A carta de conformidade deve ser fornecida por cada um dos municípios envolvidos na cadeia de produção e é um dos pré-requisitos para que as licenças ambientais suspensas possam ser liberadas pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (Semad). As prefeituras de Catas Altas, Matipó, Ouro Preto e Mariana já entregaram o documento, o único pendente é o de Santa Bárbara. Embora não exista efetiva produção da Samarco na cidade, a captação e o bombeamento de água utilizada em operações da mineradora ocorrem em um de seus distritos.

Fonte: IstoÉ

Data: 01/09/2017



O EFEITO "RENCA" NA MINERAÇÃO

Artigo de opinião da advogada e gerente Jurídica da FFA Legal, Ianê Pitrowsky da Rocha

Como parte do intitulado "Programa de Revitalização da Indústria Mineral Brasileira", o Governo editou na semana passada o decreto nº 9.142/17, que extinguiu a Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (Renca), criada em 1984 com o objetivo de restringir ao Estado a exploração mineral daquela área.

Infelizmente, apesar do apropriado objetivo de promover o desenvolvimento em meio à grave crise econômica por que o país atravessa, a medida não encontrou abrigo em outros setores da sociedade, em especial dos ambientalistas e do meio artístico, estes os grandes formadores de opinião da atualidade.

De fato, o decreto inicialmente publicado pelo Governo mereceu críticas em razão da forma simplista como tratou o assunto. Em uma norma de apenas quatro artigos, a Renca foi extinta, sem que fossem prestadas, pelo menos de forma clara e imediata, mais explicações sobre os motivos da revogação, bem como as suas consequências e procedimentos a serem adotados após sua vigência. O destino das áreas, por exemplo, somente havia sido previsto na Portaria nº 128/17 do Ministério de Minas e Energia, publicada em 07.04.2017, meses antes da efetiva extinção da Renca.

O que se viu em seguida foi um verdadeiro "festival" de manifestações em favor daquilo que, em momento algum, o decreto pretendeu tocar e muito menos atacar: a preservação do meio ambiente, a proteção dos povos indígenas.

Se a "campanha" contra o decreto nº 9.142/17 nos causou surpresa diante de sua grande repercussão e desconhecimento sobre o verdadeiro alcance da medida, ainda maior admiração trouxe o novo Decreto publicado na noite do último dia 28 em edição extra do Diário Oficial da União, que revogou o decreto anterior e tentou corrigir seus erros. O novo decreto pareceu ser uma espécie de retratação em relação ao anterior, em resposta à comoção por ele trazida.

Dentre os motivos para sua edição, o novo Decreto nº 9.147/17 prevê a necessidade de melhor explicar o que é a Renca e o porquê de sua extinção. Os artigos que se seguem, contudo, não tratam de elucidar tais questões, que seriam essenciais para o entendimento e melhor aceitação da medida.

Ao contrário, a maioria dos artigos do novo Decreto apenas reproduz normas já existentes em nosso ordenamento, sem nada inovar em relação à efetiva proteção da área. Isso porque, sendo a extensão da antiga Renca já praticamente ocupada por Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Faixa de Fronteira, restrições e limitações específicas já constam de normatizações próprias.

Por outro lado, naquilo que o decreto do dia 28 inovou, percebe-se a criação de regras e condições sem qualquer fundamento ou razoabilidade que as justifiquem. É o que se pode entender do artigo 7º do decreto, que proíbe a transferência do título minerário antes de dois anos da data de sua outorga. Tal restrição não nos parece atender aos objetivos de proteção ambiental motivadores do decreto. Da mesma forma,

a criação de um Comitê de Acompanhamento da Áreas Ambientais da Extinta Renca apenas aumenta a grande burocracia já existente para a emissão do título mineral em áreas de proteção ambiental e transfere a representantes de oito segmentos distintos o poder de decidir sobre a exploração mineral da região, transmitindo a ideia de que ao Comitê caberá o papel de "juiz" e ao minerador, o de "réu", já que a este não coube sequer um assento.

O que se observa, portanto, é que num primeiro momento o governo pretendeu estimular o setor mineral brasileiro, com a liberação para exploração econômica de áreas antes sujeitas a uma injustificada e obsoleta restrição. Entretanto, acabou cedendo ao clamor desinformado de parte da sociedade, substituindo o ato inicialmente publicado por outro mais extenso, mas não por isso mais eficiente, seja quanto ao objetivo de fomento à indústria mineral, seja quanto à necessária proteção ao meio ambiente.

Com isso, provavelmente a efetiva exploração das áreas da Renca continuará a ser apenas um anseio do setor e uma sombra para os ambientalistas. Além disso, outras medidas que ainda eram esperadas serão certamente preteridas em razão da possível reação negativa da sociedade, como a flexibilização das restrições na Faixa de Fronteira e regulamentação da mineração em Terras Indígenas, sem contar o embaraço à discussão das Medidas Provisórias atualmente em curso, tudo na contramão da almejada revitalização da indústria mineral, mostrando que a "emenda saiu pior que o soneto".

Ianê Pitrowsky da Rocha é advogada e gerente Jurídica da FFA Legal Ltda. Graduada em Direito pela UNESA, pós-graduada em Direito Público e Privado pela Escola da Magistratura do Rio de Janeiro - EMERJ e UNESA. MBA em Gestão Empresarial pela Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Fonte: Notícias de Mineração

Autora: Ianê Pitrowsky da Rocha

Data: 31/08/2017



MINISTÉRIO PÚBLICO PUBLICA PORTARIA QUE SUSPENDE EFEITOS DO DECRETO DA RENCA

Na prática, portaria impede que qualquer processo seja iniciado na reserva. Decreto continua valendo, mas o governo quer debater mais a medida com a sociedade

Ministério de Minas e Energia publicou nesta terça-feira (5) uma portaria para suspender os efeitos do decreto que extingue a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), na divisa do Pará com o Amapá.

Na prática, a portaria impede o início de qualquer procedimento administrativo relacionado à reserva. No entanto, o decreto continua em vigor. Só o presidente da República pode revogá-lo.

O objetivo do governo ao suspender os efeitos da medida é ganhar tempo para debater com a sociedade a extinção da reserva.

Nas últimas semanas, o Executivo publicou dois decretos determinando extinguindo a reserva para exploração mineral da área, que, segundo técnicos do governo, tem grande potencial em metais como ouro, ferro, manganês e tântalo.

A medida teve repercussão negativa em setores da sociedade. Artistas, ambientalistas e organizações ligadas à causa ecológica temem que a exploração mineral leve ao desmatamento da área, que equivale ao tamanho da Dinamarca.

Diante das críticas, o governo chegou a publicar o segundo decreto para explicar melhor as normas do primeiro. Mesmo assim seguiu recebendo críticas.

Na última quinta-feira (5) o Ministério de Minas e Energia anunciou que suspenderia os efeitos do decreto e iniciaria um "amplo debate", para em 120 dias apresentar os resultados à sociedade e também eventuais medidas para garantir a preservação ambiental.

Atualmente, o Departamento Nacional de Política Mineral (DNPM) analisa 740 processos de interessados na mineração na reserva, que foram protocolados entre 1971 e 2016.

O governo alega que a extinção da reserva vai disciplinar a mineração na área, que hoje é feita em garimpos ilegais, segundo o Executivo. Ainda de acordo com o governo, a exploração mineral não vai afetar as áreas de proteção ambiental dentro da Renca.

Fonte: G1

Data: 05/09/2017



CPRM APRESENTA RESULTADOS OBTIDOS PELO PROJETO AGROMINERAIS DA REGIÃO DE IRECÊ E JAGUARARI (BA)

O Serviço Geológico do Brasil (CPRM), representado pela Superintendência de Salvador, foi convidado para apresentar os resultados obtidos pelo Projeto Agrominerais da Região de Irecê e Jaguarari (BA) na reunião do Conselho de Responsabilidade Social Empresarial (CORES) da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB).

O projeto foi realizado através de convênio com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASP). A equipe foi chefiada pela geóloga Alessandra Elisa Blaskowski e teve a supervisão da geóloga Magda Bergmann, além de contar com os pesquisadores em geociências Rubem Sardou, Vanildo Almeida Mendes, Maísa Abram e Oliveira Cavalcante.

Durante a reunião no CORES, foram divulgados os avanços inovadores em relação a remineralização de solos através da utilização de rochas oriundas de pilhas de descarte de mineração, sendo também pesquisado o potencial agromineral do uso de polpas de bacia de rejeitos de mineração. O trabalho resultou na proposição de fontes de potássio, como os flogopititos dos descartes dos garimpos de esmeralda (Cooperativa Mineral da Bahia, Campo Formoso e Pindobaçú); fósforo (bacia de rejeitos da

Mineradora Galvani, Irecê); cálcio, magnésio, e corretivos de solos (rochas da Bacia de Irecê); magnésio, sílica e corretivos de solos associados a rochas máficas e ultramáficas das lavras de cromita da Mineração Ferbasa-Cia de Ferro Ligas da Bahia (Campo Formoso e Andorinha); kimberlitos da Lipari Mineração Ltda (Campo Kimberlítico de Nordestina) e fontes de multinutrientes e micronutrientes variados (bacia de rejeitos da mineradora Caraíba S/A, Jaguarari).

O Coordenador do Conselho, Marconi Andraos Oliveira, ressaltou a importância do desenvolvimento de novas técnicas que promovam a sustentabilidade dos recursos naturais e, a partir do projeto, a possibilidade de reutilização de descartes da mineração na diminuição do impacto ambiental desta atividade.

Alessandra Blaskowski, integrante da Divisão de Minerais Industriais, destacou que o Brasil possui um território com grande diversidade geológica, vasta gama de agrominerais e utiliza intensivamente fertilizantes químicos na agricultura, com gastos elevados na importação de insumos para sua fabricação.

Por outro lado, embora se tenha pesquisado também rochas ainda não exploradas, a disponibilidade de materiais já extraídos em pilhas de descartes e bacia de rejeitos de mineração dispensa novos processos de licenciamento mineral e ambiental, possibilitando seu emprego a curto e médio prazo e a custos reduzidos na agricultura. “Esse aproveitamento, além de ser mais uma fonte de receita para as mineradoras, reduz os estoques de rejeitos e os volumes acumulados nas bacias de decantação, mitigando os seus passivos ambientais”, afirma Alessandra Blaskowski.

“Projetos como o Agrominerais da Região de Irecê e Jaguarari (BA), precisam ser cada vez mais fortalecidos na CPRM, pois carregam uma função social enorme ao apresentar soluções sustentáveis para problemas ambientais e permitir novas fontes de minerais para fertilização do solo e desenvolvimento da agricultura”, pontua Cimara Monteiro, gerente de Geologia e Recursos Minerais da unidade de Salvador.

A reunião contou com a presença de representantes de empresas públicas e privadas como Dow Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda, Plan International Brasil, Sindicato das Indústrias de Papel, Celulose, Papelão, Pasta de Madeira para Papel e Artefatos de Papel e Papelão do Estado da Bahia (SINDPACEL), Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia (CIAGS/UFBA), Concreta Tecnologia e Engenharia Ltda, Andraos Consultoria e Gestão Empresarial, Strix Educação, Avaliação e Projetos, Grupo O Boticário, Camisas Polo, GMARS e Bahia Specially Cellulose.

Representando a CPRM, estiveram presentes os pesquisadores Marco Antônio Advíncula, da Gerência de Relações Institucionais e Desenvolvimento, Cimara Monteiro, da Gerência de Geologia e Recursos Minerais e Alessandra Elisa Blaskowski, integrante da Divisão de Minerais Industriais e uma das autoras do projeto.

Fonte: CPRM – ASCOM

Data: 01/09/2017

MINERAÇÃO PODE GERAR ATÉ DOIS MILHÕES DE EMPREGOS EM 2018, PREVÊ RELATOR DE MP

O deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), relator da MP 791/17, acredita que o setor de mineração é o que vai gerar mais empregos no Brasil, podendo chegar a dois milhões de postos de trabalho em 2018.

Ele fez a afirmação durante reunião da comissão mista que analisa a matéria, nesta quarta-feira (30), para aprovação do plano de trabalho e de seis audiências públicas.

O parlamentar explicou que isso será possível com a aprovação das MPs 789/17, 790/17 e 791/17, que tratam da modernização da legislação do setor, em vigor há mais de 40 anos.

A MP 791 acaba com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e cria a Agência Nacional de Mineração (ANM), que vai regular todas as atividades e a política de mineração no País. A medida provisória tem que ser votada até 28 de novembro, quando perde a vigência, segundo informou o senador Flecha Ribeiro (PMDB-PA), presidente da comissão mista.

Compensação financeira

As comissões mistas para exame das MPs 789/17 e 790/17 também se reuniram nesta quarta-feira para escolher seus respectivos presidentes e relatores.

Foi escolhido o senador Paulo Rocha (PT-PA) para presidir a comissão mista da MP 789/17, que altera as Leis 7.990/89 e 8.001/90 para dispor sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), o royalty cobrado das empresas que atuam no setor. E, como relator, foi escolhido o deputado Marcus Pestana (PSDB-MG). A próxima reunião para apreciar o plano de trabalho foi marcada para o dia 12.

Código de Mineração

A deputada Geovânia de Sá (PSDB-SC) foi escolhida como presidente da comissão mista criada para exame da Medida Provisória 790/17, que altera a Lei 6.567/78 e o Código de Mineração (Decreto-Lei 227/67) em diversos pontos. O relator será o senador Flecha Ribeiro (PSDB-PA).

A maioria das alterações é referente às normas para a pesquisa no setor. Trata também da execução dos trabalhos necessários à definição da jazida, da sua avaliação e da determinação do seu aproveitamento econômico. A MP disciplina as obrigações, concessões de trechos, multas e outras sanções, desonerações e regras para o relatório final da pesquisa.

Proposta tímida

Ao comentar a MP 790, o deputado Leonardo Quintão disse que a proposta do governo é muito tímida porque ela apenas modifica o Código de Mineração, que vem desde a década de 1960.

Ele acredita que agora o País "terá a oportunidade de estar na vanguarda de uma legislação moderna que garanta os direitos do povo e venha inibir a especulação". O parlamentar quer garantir mais direitos às cooperativas de garimpeiros, que hoje não conseguem concorrer com as grandes empresas do setor.

Estados e municípios

De acordo com a MP 789/17, as alíquotas da Cfem terão variação entre 0,2% e 4%. O ferro terá alíquota entre 2% e 4%, dependendo do preço na cotação internacional. Os minérios restantes terão as seguintes alíquotas:

0,2% para aqueles extraídos sob o regime de lavra garimpeira;

1,5% para rochas, areias, cascalhos, saibros e demais substâncias minerais para uso imediato na construção civil;

2% para aqueles cuja alíquota será definida com base na cotação internacional do produto; e

3% para bauxita, manganês, diamante, nióbio, potássio e sal-gema.

O deputado José Carlos Araújo (PR-BA) defendeu que 10% dos recursos arrecadados pelo Cfem sejam destinados a estados e municípios "impactados pela mineração".

Receita bruta

As alíquotas passarão a incidir sobre a receita bruta, e não mais sobre a receita líquida. No caso de venda, a Cfem incidirá na receita bruta, deduzidos os tributos incidentes sobre a comercialização.

No caso de consumo, sobre a receita calculada, considerado o preço corrente do minério, de seu similar no mercado ou o preço de referência definido pela Agência Nacional de Mineração.

Nas exportações para países com tributação favorecida, recairá sobre a receita calculada. Em leilões públicos, sobre o valor de arrematação. E no caso de extração sob o regime de permissão de lavra garimpeira, será sobre o valor da primeira aquisição do minério.

Tramitação

As medidas provisórias serão analisadas, separadamente, em comissões mistas de deputados e senadores. Depois, passarão por votações nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Fonte: Agência Senado - ASCOM

Data: 30/08/2017

CRESCIMENTO DA CHINA PUXA MINÉRIO E METAIS EM AGOSTO

Agosto foi um mês de dois extremos para as commodities industriais. Enquanto os produtos que dependem mais da China - notadamente, minério de ferros e metais não ferrosos - demonstraram recuperação surpreendente, o petróleo, ainda pressionado pelo lado da oferta dos Estados Unidos, registrou queda no período.

O minério com teor de 62% de ferro no porto de Qingdao, uma das principais referências no mercado transoceânico, terminou ontem o mês em US\$ 78,91 por tonelada, maior preço em dez dias e consolidando alta de 7,1% em agosto. Com isso, no ano o insumo acumula leve alta de 0,1%. O levantamento é da "Metal Bulletin". No mês, a China, maior compradora da matéria-prima no mundo, continuou com nível bastante elevado de produção siderúrgica. Em julho, por exemplo, o país fabricou 74 milhões de toneladas de aço bruto, um forte crescimento de 10,3% na comparação anual, em reflexo do mercado de construção aquecido.

Em agosto, mostram dados oficiais do governo central, a atividade também continuou intensa. O Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) industrial do país subiu acima do esperado pelo mercado, para 51,7 pontos. Só no setor do aço, o aumento foi para 57,2 pontos, maior nível desde abril de 2016. Patamar acima de 50 pontos indica expansão.

"O índice sugere que a produção industrial desafia a desaceleração generalizada da economia", escreveu a consultoria Capital Economics em relatório. "Suspeitamos que a causa disso seja o aumento da produção de metais e aço, encorajado pelo repique nos preços recentemente." Mas os sinais, em geral, são de que esse cenário vá perder sustentação logo. Um dos motivos que levou à rápida valorização do minério, por exemplo, pode também minar a demanda pela commodity. Os esforços chineses para conter a poluição levaram a uma corrida por insumo de maior qualidade, com pureza de 62% ou superior.

O governo central, em especial durante o Congresso Nacional do Partido Comunista, em setembro, vai limitar a atividade das usinas siderúrgicas. "Enxergamos o enfraquecimento das compras de novas cargas a partir de outubro, um mês antes de cortes de capacidade produtiva do aço", informa o Credit Suisse, em relatório. "Usinas em Hebei, Shandong, Shanxi, Henan e Tianjin devem reduzir a produção pela metade até 15 de março, o que pode minar a demanda por minério em 85 milhões de toneladas durante o período."

Sem força

Barril do Brent termina agosto em queda de 0,2% – US\$/barril*



A certeza do mercado é tamanha nessa reversão dos preços que o repique de agosto não provocou revisão profunda das estimativas. A média de projeções de 19 instituições financeiras consultadas pelo **Valor** continua apontando para US\$ 55 no fim do ano.

Entretanto, para o terceiro trimestre, os analistas já calculavam que o minério valeria entre US\$ 60 e US\$ 65. Até agora, com dois terços do período passados, a cotação média é US\$ 71,59 - 13,6% a mais do que no segundo trimestre e alta de 22,7% na comparação anual.

Mesmo com o real mais forte frente ao dólar do que em outros momentos do ano, a situação é muito boa para a Vale. O BTG Pactual disse em relatório recente que a manutenção do minério em qualquer faixa acima de US\$ 60 já torna o investimento nas ações da mineradora interessante.

Outro complexo de commodities que reagiu a essa intensa atividade chinesa foi o dos metais não ferrosos. Em agosto, o contrato futuro de três meses do alumínio subiu 11%, para US\$ 2.117 a tonelada, o cobre avançou 7%, para US\$ 6.788, o níquel ganhou 15%, terminando a US\$ 11.800, e o zinco teve alta de 12%, para US\$ 3.146.

Todos os preços de fechamento do mês estão próximos do maior preço ao menos desde 2014. Para o alumínio, pesou o fechamento de fundições chinesas e para o cobre, ainda a perspectiva de demanda da infraestrutura americana.

Em outubro, a limitação à atividade da siderurgia chinesa pode começar a enfraquecer o preço dos insumos para o petróleo, a situação foi inversa. Mais uma vez a predominância foi dos Estados Unidos na formação de preço, mas, nesse caso, como pressão negativa. A crescente produção da commodity no país e a passagem do furacão Harvey, que paralisou refinarias próximas ao Estado do Texas, pesaram sobre a cotação.

No mês passado, o segundo contrato do Brent registrou desvalorização de 0,2%, para US\$ 52,86, na ICE Futures de Londres. Ao mesmo tempo, o WTI recuou 6,3%, para US\$ 47,23, em Nova York. Na penúltima semana do mês, a produção americana de petróleo foi de 9,5 milhões de barris por dia, 9% a mais do que no fim de 2016. É também o volume mais intenso desde julho de 2015. A consultoria Rystad Energy prevê que só no xisto, que corresponde à maior parte da extração no país e a que cresce mais rápido, o aumento será de 516 mil barris diários em 2017. Depois, até 2020, a alta deve ser de 1,2 milhão de barris, em média.

Esse avanço é a explicação de alguns analistas para a desvalorização do barril de petróleo, mesmo com redução de estoques e ritmo menor de novas sondas exploratórias. Com a redução do custo de produção do xisto, cada vez mais os EUA têm capacidade de inundar o mercado mundial.

Outro fator de pressão potencial é o efeito do furacão Harvey. Em relatório, o Bank of America Merrill Lynch diz que a demanda americana pode ter sido represada em 40 milhões de barris por conta do desligamento de refinarias. Isso pode atrasar o reequilíbrio do mercado com o acúmulo de produção excedente local e alto nível de importações nos estoques.

Previsões de dez instituições coletadas pelo **Valor** apontam para nível de US\$ 54 no fim do ano.

Fonte: Valor

Autor: Renato Rostás

Data: 01/09/2017



EXPLORAÇÃO EM PROJETO DE LÍTIO NO CEARÁ AVANÇA

A mineradora diz que os geólogos da equipe de exploração, que estão em Solonópole (CE) desde meados de maio deste ano, realizaram atividades de mapeamento, amostragem e reconhecimento geral para “avaliar sistematicamente o imenso pacote de propriedades”

Segundo comunicado divulgado ontem (31), a equipe usou o conhecimento local para auxiliar na identificação e exploração de minas históricas.

"A atividade de mapeamento e reconhecimento consiste no planejamento de rotas, solicitar autorizações aos proprietários das áreas [superficiais] e percorrer estradas antigas e trilhas em busca de pegmatitos mineralizados e minas abandonadas", diz a mineradora em nota. As rotas são registradas em GPS junto com imagens e amostras coletadas.

Ao todo, dez prospectos foram identificados com pegmatitos mineralizados e serão agora as prioridades dos esforços de exploração. A próxima etapa é realizar o programa de amostragem de solos em um espaçamento de 50 por 50 metros nesses dez prospectos para ajudar a definir a extensão da camada mineralizada.

O projeto Solonópole passou antes por sensoriamento remoto e levantamento geofísico de alvos, que foram realizados pela Southern Geoscience, de Perth, na Austrália. Esse trabalho levantou quatro alvos-chave dentro das áreas do empreendimento. Esses alvos passaram por avaliações de solo que levaram a esses 10 prospectos prioritários.

"Essas áreas prioritárias estão todas associadas a atividades históricas de mineração, tanto a céu aberto quanto subterrâneas. Os minerais de lítio identificados nos 10 prospectos incluem amblygonita, espodumênio, e lepidolita, que estão tipicamente associadas a mineralizações menores de tantalita e columbita", diz a Cougar em nota.

A todo 61 amostras de rochas foram coletadas até o momento, e 242n amostras de solo desses 10 prospectos. "Todas as amostras foram levadas para análise nos laboratórios da SGS em Belo Horizonte", diz a nota. Os resultados devem sair em duas semanas.

O projeto Ceará, no qual a Cougar tem 85% de participação, é composto por duas áreas: Cristais e Solonópole. Essa última é formada por 26 direitos minerários que somam 426 quilômetros quadrados. Em 2012, o DNPM identificou 200 áreas com pegmatitos, por meio de uma campanha de amostragem, em uma faixa de 40 quilômetros por 10 quilômetros onde há minas históricas.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 01/09/2017



HÁ UMA BOMBA-RELÓGIO NA EUROPA – QUE PODE EXPLODIR A QUALQUER MOMENTO

A caldeira vulcânica dos Campos Flégreos, localizada perto de Nápoles, na Itália, pode entrar em erupção a qualquer momento. Mesmo com a possibilidade de ocorrência de um evento catastrófico, a região não tem nenhum plano de evacuação.

Segundo alertaram em dezembro do ano passado especialistas italianos e franceses em um artigo científico publicado na Nature, o supervulcão adormecido perto de Nápoles – que alguns cientistas dizem ter sido a causa da extinção dos Neandertais – pode acordar a qualquer momento. E se isso acontecer, a região será palco de uma violenta erupção.

Os autores do artigo afirmam que a pressão dos gases no magma na região dos Campos Flégreos, a noroeste de Nápoles, está próxima de níveis críticos. O próprio magma está subindo, mas é impossível prever se ou quando a erupção ocorrerá realmente.

Nesta quarta-feira (30), foi o vulcanólogo Giuseppe Mastrolorenzo, do Observatório Vesuviano, a lançar o alerta: há uma bomba-relógio perto de explodir na Europa e ninguém faz nada para a contê-la.

“O risco de uma erupção dos dois vulcões napolitanos é extremamente alto. Podemos dizer sem dúvida nenhuma que este é atualmente o maior risco de erupção no mundo”, diz Mastrolorenzo em entrevista à Sputnik News.

Segundo o vulcanólogo, o risco é ainda maior devido às consequências devastadoras que uma erupção catastrófica causaria, ou seja, o número de pessoas que poderiam ser afetadas. A região onde se situa a caldeira vulcânica dos Campos Flégreos tem 3 milhões de pessoas em risco.

O vulcanólogo realça que “a possibilidade de uma erupção é a mais alta possível. Pode ocorrer a qualquer momento. Esperamos que nesse caso houvesse sinais prévios, para que fosse possível preparar a evacuação, mas infelizmente tudo indica que qualquer erupção será anunciada apenas algumas horas antes de ocorrer”.

Os supervulcões da caldeira dos Campos Flégreos são capazes de causar erupções em grande escala, com proporções cem vezes mais destruidoras do que a do Vesúvio, que destruiu a cidade de Pompeia, realça Mastrolorenzo.

O alerta de nível amarelo foi introduzido na região em 2012, perante a ameaça de erupção iminente dessa caldeira vulcânica. O amarelo é o segundo na escala de quatro níveis de alerta vulcânico, e indica que a erupção pode ocorrer nas semanas ou meses seguintes.

De acordo com Mastrolorenzo, quando a situação atingir o nível vermelho – o mais perigoso – não será possível salvar a população da região se não existir um plano oficial concreto de evacuação – ou pelo menos recomendações gerais para coordenar o processo da evacuação.

“Simplesmente não existe um plano de evacuação que inclua as medidas necessárias, o trabalho de resgate, as formas de salvamento e a forma de alertar a população”, alerta o vulcanólogo.

Mastrolorenzo destaca que os desastres naturais das últimas décadas — desde a tsunami no Oceano Índico até o furacão Katrina — demonstraram que, na maioria das vezes, mesmo sabendo com antecedência sobre os riscos, não prestamos atenção suficiente ao que é preciso fazer para evitar ou atenuar as consequências.

Além disso, diz o cientista, há outras ameaças, como por exemplo planos de construção de centrais geotérmicas na ilha de Ísquia — e nos próprios Campos Flégreos. As instalações podem provocar terremotos e desencadear uma erupção.

No entanto, nem sequer as autoridades locais se manifestaram contra estes projetos, concluiu Giuseppe Mastrolorenzo.

Algo tão preocupante quanto diversos especialistas não hesitam em considerar que este é o vulcão mais perigoso do mundo.

Segundo defendem alguns cientistas, uma forte erupção deste vulcão poderia ter sido a razão da extinção de Homem de Neandertal, há cerca de 40 mil anos. A última erupção aconteceu em 1538.

Fonte: Cibéria.com

Data: 31/08/2017



ATLAS MAPEIA OS OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA MINERAÇÃO

Publicação foi editada pelo Ministério de Minas e Energia e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável

O Ministério de Minas e Energia e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançaram a versão em português do “Atlas: Mapeando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Mineração”. O documento, que traz contribuições de iniciativas brasileiras, destaca a atuação do setor na Agenda 2030, com informações sobre como as atividades de mineração podem contribuir para cada um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Com o mapeamento das atividades do setor, o objetivo do documento é incentivar as empresas de mineração de todos os portes a incorporar os ODS em seus negócios e operações. No Atlas, também são apresentadas recomendações para que o setor amplie a atuação em determinados segmentos para acelerar o alcance da Agenda 2030.

O documento destaca que a formação de parcerias entre setor privado, sociedade civil e governos pode estimular a mineração, criando empregos, estimulando a inovação, com investimentos em infraestrutura e mudanças de longo prazo.

Na opinião do secretário de Geologia, Mineração e Transformação do Ministério de Minas e Energia, Vicente Lôbo Cruz, o Atlas representa a necessidade de estabelecer parâmetros para o setor, com foco no desenvolvimento sustentável. “O mapa é um trabalho profundo, com informações e dados importantes. Entendemos que a mineração pode contribuir diretamente com o desenvolvimento sustentável, e é

preciso que tenhamos muita responsabilidade, com envolvimento dos diversos setores da sociedade envolvidos nas operações e com políticas claras de gestão”, disse.

“O Atlas mostra a importância do setor de mineração para a sociedade. Essa iniciativa tem a oportunidade de mostrarmos que é possível fazer a mineração de forma sustentável e articulada”, destacou o diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral, Victor Hugo Froner Bicca.

Segundo o diretor de país do PNUD, Didier Trebucq, o Atlas analisa a relação entre as atividades de mineração e os 17 ODS, com exemplos de ações concretas, as quais se espera que sejam replicadas ou ampliadas. “O Atlas baseia-se na premissa de que as operações do setor têm um grande impacto na sociedade. A indústria do setor, quando comprometida com a sustentabilidade socioambiental, contribui para o desenvolvimento sustentável. O documento demonstra como a indústria pode fortalecer a colaboração com outras partes interessadas para ampliar boas práticas, muitas delas mapeadas no documento”, afirmou.

No Brasil, o setor de mineração é responsável por 200 mil empregos diretos e 800 mil indiretos, e responde por 4% do Produto Interno Bruto.

O Atlas foi produzido em parceria com o Fórum Econômico Mundial, o Centro de Investimento Sustentável da Universidade de Columbia, a Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável e o PNUD, com apoio da Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ).

Para acessar o mapa, [clique aqui](#)

Fonte: Conexão Mineral

Data: 01/09/2017



GRUPO CHINÊS DE MINERAÇÃO QUER INVESTIR US\$ 2,4 BILHÕES NO BRASIL

Em seu primeiro dia na China, Temer recebeu executivos de quatro empresas

Dono da Bahia Mineração (Bamin), o grupo Eurasian Mining sinalizou ao presidente Michel Temer que pode investir mais US\$ 2,4 bilhões no Brasil até o fim de 2018. A ideia é começar com ampliação das atuais instalações em US\$ 1 bilhão. O restante viria da participação do grupo no leilão do trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) entre Ilhéus e Caetité, na Bahia, em princípio em um consórcio com empresas chinesas. O anúncio foi feito a Temer durante escala técnica do avião presidencial no Cazaquistão, sede da empresa, antes de pousar em Pequim, onde realiza visita de Estado e participa da 9ª Reunião do Brics.

A intenção de formar um consórcio com os chineses da China Communication Construction (CCC) e da China Railway Engineering Corporation (Crec), além do governo da Bahia, deve ser objeto de um protocolo de intenções assinado entre as partes durante a visita de Temer à China. Quem levar a Fiol poderá explorar o trecho ferroviário e ficará a cargo da construção do porto baiano. É tudo o que a Bamin precisa para escoar a produção. A construção do porto demanda cerca de US\$ 1 bilhão, e outros US\$ 400 milhões devem ser usados para concluir a malha.

O leilão só deve acontecer no início do segundo semestre de 2018, de acordo com o ministro dos Transportes, Mauricio Quintela, que compõe a comitiva de sete ministros e 11 deputados trazidos à China para tentar atrair investidores para obras de infraestrutura e para o programa de 57 privatizações anunciadas pelo governo. O protocolo não garante a formação do consórcio, até porque os chineses querem participação majoritária no projeto para fechar com a Bamin, mas confirma o interesse de investidores estrangeiros no Brasil, diz uma fonte do governo brasileiro.

Em seu primeiro dia na China, Temer recebeu os executivos de quatro grandes empresas chinesas com presença no Brasil. A agenda começou com as gigantes de energia State Grid (que tem 50% de seus ativos no exterior no Brasil), uma das maiores empresas do mundo, e a Three Gorges (que acaba de comprar linhas de transmissão no país). Em seguida, foram os presidentes de Huawei e HNA, que é acionista de Azul e TAP. Nas conversas, o presidente apresentou o programa de privatizações do governo, com destaque para a Eletrobras.

— Eles querem investir cada vez mais no Brasil e revelaram uma confiança extraordinária no país, no setor de energia — disse o presidente.

Empréstimo à Petrobras

Brasil e China devem assinar uma série de acordos entre governos e setores privados. A maior expectativa é em torno de encomenda de 20 aviões da Embraer, como antecipou O GLOBO. Deve ser assinado ainda memorando de entendimento da Eletronuclear sobre a possível participação de uma empresa chinesa em Angra III e um empréstimo do China Exim Bank à Petrobras, no modelo usual.

Fonte: O Globo

Autora: Vivian Oswald

Data: 01/09/2017



RESERVA NACIONAL DO COBRE E ASSOCIADOS - CORAGEM EM ACABAR O QUE SEQUER DEVERIA TER SIDO CRIADO

A Reserva Nacional do Cobre e Associados (RENCA), que o governo acertadamente acabou, não é uma questão puramente de mineração, meio ambiente, questões indigenistas, ou seja, lá o que for. O problema da RENCA é muito mais sério. Trata-se de algo que hoje constitui a nossa preocupação fundamental como nação: a lei deve ser respeitada, independentemente se ela não nos beneficia individualmente, ou se não atende às nossas convicções ideológicas.

A criação da RENCA foi uma mentira à nação, criada com base em precários conceitos geológicos e uma natural subserviência de órgãos estatais em períodos de lapso democrático. Eis aí a questão, que em primeiro plano nos parece fundamental. A RENCA foi resultado de um ato ideológico estúpido, suportado pela cumplicidade dos amantes do estatismo. Essa agremiação aceita qualquer opção ideológica, tendo como interesse comum unicamente a defesa dos seus próprios interesses. Falam em nome do povo, da preservação ambiental e seus consequentes “benefícios sociais”. São contra as

empresas capitalistas, mas defendem a garimpagem predatória. Além disso, não estão muito preocupados se as ações são suportadas pela legalidade ou não. O mais lastimável é que isso tem se repetido constantemente ao longo da nossa história, particularmente em relação ao setor mineral. O pano de fundo sempre é o mesmo, a segurança nacional e a irreal defesa das nossas “incomensuráveis riquezas minerais”. O setor mineral nos parece uma espécie de Geni, que dela utilizamos para, em seguida, apedrejar.

Em 1988, já com a RENCA criada, a Constituição “Cidadã” nacionalizou a exploração mineral, diziam que em nome dos interesses nacionais. Tal ato foi brilhantemente descrito por Roberto Campos como uma explícita burrice, já que representou nada mais do que a nacionalização do risco, demonstrando total incompreensão como setor mineral. Isso tudo apenas um ano antes da queda do mundo de Berlim, em 1989. A consequência da insensatez foi imediata com profundo desinvestimento, forte desemprego e total ausência de novas descobertas de depósitos minerais. Felizmente o bom senso foi retomado na reforma constitucional no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas, como o leitor sabe muito bem, os maus exemplos no Brasil não exemplificam e nem desestimulam erros subsequentes. Em 2012, o setor mineral já passava por uma crise mundial sem precedentes. Mesmo assim, o governo apresentou uma nova proposta de marco regulatório que trouxe insegurança jurídica e desestímulo a aplicação de capitais na fase de exploração (maior risco). E tome pedra na Geni.

As discussões sobre o setor mineral no Brasil, desgraçadamente, quase sempre expõem o país ao ridículo. Agora mesmo, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, está sendo criticado por ter corretamente dito em uma feira de mineração no Canadá que a reserva nacional do cobre seria extinta. Ele não poderia ter escolhido melhor lugar já que ali estavam cerca de quinze mil pessoas de mais de cinquenta países incluindo o Brasil. O fim dessa reserva tem sido reivindicado por representantes do setor logo depois do fim do governo militar. A reserva também sempre foi considerada, pela comunidade mineral internacional, um exemplo de desrespeito às leis do país e incompreensível equívoco geológico.

Voltemos à reserva e àqueles que são contra sua extinção. Um belo dia, uma determinada empresa de mineração, seguindo a lei brasileira, contrata geólogos, técnicos, auxiliares de campo etc., e investe milhões de dólares em pesquisa. A mesma empresa, aplicando conhecimento científico e tecnologia consegue, anos depois, identificar uma região com potencial para uma eventual descoberta mineral. Eis que um dia não tão belo, aparece, então, alguém que, em nome da segurança e interesse nacional, consegue convencer o governo a tirar os direitos de pesquisa dessa empresa. Direito esse legitimamente concedido pelo órgão brasileiro legalmente capacitado a fazê-lo (DNPM). Imediatamente depois, o mesmo governo cria uma reserva de um bem mineral inexistente e passa o direito mineral para uma empresa estatal. Sejamos honestos. Com que países poderemos ser comparados, se é que a definição do que seja um país legalmente constituído inclui tal tipo de comportamento?

O que o ministro disse no Canadá é que os investidores poderiam voltar a confiar no Brasil, já que as leis seriam respeitadas, incluindo-se as leis minerais. Como recompensa por essa difícil tarefa, o ministro está sendo ameaçado com uma CPI e atacado por artistas e organizações diversas. Para seu consolo, lembramos que, quando a Vale comprou Carajás da US Steel por algo em torno de US\$ 50 milhões, alguns

consideraram que o governo militar estava favorecendo o capital internacional. Para esses ideólogos desajuizados bastaria simplesmente o governo ter saqueado a empresa que descobriu um dos maiores distritos minerais do planeta. Como não considerar a mineração a eterna Geni?

Alguém de bom senso pensaria que a reserva nacional do cobre foi criada há cerca de 25 anos para que, algum dia, se suprisse a carência daquele metal, visto que no momento de sua criação o Brasil importava todo o cobre que necessitava. Ledo engano. Ainda assim, mesmo que quisesse utilizar sua "reserva", não daria certo, pois cobre que é bom até o momento ninguém provou sua existência. O Chile criou uma reserva nacional do cobre poderia até fazer sentido, mas nós, na RENCA? A verdade é que a criação da dita reserva nada mais foi do que uma excrescência jurídica. O risco de agredir a legislação vigente, inaceitável do ponto de vista ético, poderia até servir de justificativa para alguns (um tipo de "roubo social"), se ali tivesse sido descoberto um novo Carajás. Mas isso não aconteceu e aquilo que poderia ter se tornado um ato de defesa dos interesses nacionais passou a ser apenas uma atitude terceiro mundista de um nacionalismo canhestro, destituído de fundamentação econômica.

Os terrenos que compõem a RENCA possuem continuidade geológica com o oeste da África e prosseguem pelas Guianas e Venezuela. Nenhuma mina de cobre existe em tais terrenos. Nos mesmos ocorrem algumas importantes minas de ouro, tanto em Gana quanto no Suriname, além de pequenas minas de manganês no primeiro país. Não há hoje nenhum tesouro mineral conhecido na área da RENCA. Os jornais falam em ouro, ferro, cobre, manganês, nióbio, terras raras e muito mais, como se ali fosse o local da terra onde se encontrasse toda a tabela periódica sob a floresta amazônica. Mas a realidade é diferente. Se depois de muito investimento se chegar a um depósito de ouro viável economicamente, o que seria altamente desejável para nosso combalido país, e esse depósito tivesse um tamanho que justificasse uma operação econômica, a área lavrável poderia ter algo em torno de 3000 por 400 metros. Isso corresponderia a 0,002% da área da reserva. Vamos, agora, admitir algo de um ufanismo delirante, em que dez jazidas de mesma dimensão fossem descobertas. Teríamos, então, uma área a ser lavrada em torno de 0,02% da reserva. Além do potencial para ouro, há um depósito de fosfato que, infelizmente, não pode ser lavrado, visto não ser econômico. Esse bem mineral é altamente estratégico para o país, que importa mais de 60% do fosfato que consome. A área desse depósito corresponde a 0,03% da área da RENCA.

A sociedade brasileira pode até decidir não querer a atividade de mineração na Amazônia, mas não será no grito que ONGs, internacionalmente financiadas, imporão um modelo de sociedade no qual o setor produtivo é considerado sempre o vilão das ditas "ganâncias do capitalismo". Usam-se argumentos ambientalistas para dissimular um forte viés ideológico, calcado no extrativismo romântico ou no artesanato solidário. Francamente, isso não promoverá o desenvolvimento econômico e social de que tanto precisamos. Deixemos claro que acidentes como o ocorrido em Mariana são terríveis e inaceitáveis. Os responsáveis terão que arcar com as consequências de seus atos. Mas o acidente em si terá que ser analisado com isenção e realismo sem oportunismo ideológico. Seria lúcido, ou mesmo intelectualmente honesto, se avaliássemos os efeitos da energia nuclear unicamente pelas consequências da bomba atômica?

É difícil argumentar com racionalidade científica e econômica o que é sempre visto pelo lado emocional. A maior incompreensão da correta decisão do

governo tem partido, justamente, de pessoas envolvidas pelos seus afazeres artísticos ou suas responsabilidades eclesiásticas. Notícias são plantadas sem se checar sua veracidade e informações distorcidas comprometem a credibilidade de alguns dos principais jornais do país. Os órgãos responsáveis pelo gerenciamento do setor mineral brasileiro não são consultados. Se assim o fossem ajudaria a sociedade se manifestar de maneira isenta, ouvindo todos os lados envolvidos. Da má informação se aproveitam ativistas profissionais incapazes até mesmo de ponderar os efeitos climáticos provenientes de um esguicho de desodorante ou uma catastrófica explosão solar. Com isso, a discussão sobre a sustentabilidade socioambiental da atividade mineral passa a ser um exercício de pura desonestidade intelectual.

É notório o viés anti-mineração de alguns grupos que, aproveitando-se de nossa desfavorabilidade na mídia, costumam patrocinar a criação de diversos tipos de reservas indígenas e ambientais. O interessante é que isso ocorre logo depois da descoberta de um depósito mineral na Amazônia. Para esses, nunca é demais lembrar que Canadá e Austrália, possuidores de alguns dos melhores índices de IDH entre os países desenvolvidos, são também os maiores produtores mundiais de minérios. Por não terem o preconceito aqui demonstrado, convivem de forma sustentável com a mineração e dela retiram boa parte das condições que permitem seu desenvolvimento econômico e social. A sociedade brasileira já tem mazelas demais. Não deveríamos criar mais uma, ainda mais quando calcada em mentiras e ignorância. O fim da RENCA foi totalmente acertado. As pedras lançadas contra a Geni da mineração são percalços que nós, geólogos, temos que enfrentar com a exposição da verdade, conhecimento científico e razoabilidade econômica.

NOEVALDO A. TEIXEIRA e MARCO TÚLIO NAVES (Mestres em Geologia Econômica e Prospecção Pela UnB, Assessores do Serviço Geológico do Brasil)



JOIN US FOR EXPLORATION '17

October 22-25, 2017. Toronto, Ontario, Canada

Exploration '17 is the sixth of the very successful series of DMEC decennial mining exploration conferences, which have been held in the seventh year of every decade starting in 1967. The theme of the Exploration '17 conference is "Integrating the Geosciences: The Challenge of Discovery", featuring a multi-national, multi-disciplinary technical programme, exhibition, workshops and field schools.

Register now at the Exploration17.com. Click [here](#).